

1 No dia 28 de outubro de 2008, na sala de reuniões do MMA, térreo, 505N, do Ed Marie Prendi
2 Cruz, Brasília – DF, realizou-se a 32ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade –
3 CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros da Comissão: Srs. **Braulio Ferreira de**
4 **Souza Dias** (titular) e **Lídio Coradin** (suplente) – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente) – IBAMA;
5 Sr. **Bruno Machado Teles Walter** (suplente) – MAPA; Sr. **Rosalvo de Oliveira Júnior** (suplente)
6 – MI; Sr. **André Arantes** (titular) – MP; Sr. **Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra** (titular) –
7 MRE; Sr. **João Batista Campos** (suplente) – ABEMA; Sr. **Nelson Ananias Filho** (titular) – CNA;
8 Sr. **Lúcio Flores** (titular) – COIAB; Sra. **Fani Mamede** (titular) – CONTAG; Sr. **Rodrigo**
9 **Agostinho** (suplente) – FBOMS, Movimentos Sociais; Sr. **César Victor do Espírito Santo**
10 (suplente) – FBOMS, ONGs ambientalistas e o Sr. **Miguel Pedro Guerra** (titular) – SBPC. Os
11 seguintes convidados estavam presentes à reunião: Sr. **Gustavo Martinelli** (Instituto Jardim
12 Botânico do Rio de Janeiro) e Sra. **Patrícia Medeiros e Paula Tavares** (MD). Pela Secretaria
13 Executiva da CONABIO, estavam presentes as Sras. **Érica Frazão Pereira e Gláucia Jordão**
14 **Zerbini** e o Sr. **Felipe Monteiro Diniz** (MMA). A pauta da reunião compreendeu os seguintes
15 itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA (Aprovada por unanimidade); 3.**
16 **APROVAÇÃO DA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO (Aprovada com**
17 **abstenção da CNA); 4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 4.1 Apresentação da Minuta de**
18 **Deliberação CONABIO sobre Ecossistemas de Montanha (Aprovada com alterações); 4.2**
19 **Apresentação da Minuta de Deliberação sobre a composição da Câmara Técnica Permanente**
20 **de Espécies Exóticas Invasoras (Aprovada com alterações); 4.3 Apresentação da Minuta de**
21 **alteração composição de membros da Deliberação CONABIO nº 25 que institui a Câmara**
22 **Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção, Sobreexplotadas ou Ameaçadas de**
23 **Sobreexplotação (Aprovada com alterações); 5. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO: 5.1**
24 **Proposta de seminário de comemoração dos 5 anos da CONABIO (data, temas e convidados);**
25 **6. ASSUNTOS GERAIS: 6.1. Informe sobre a Lista Vermelha da Flora Ameaçada de**
26 **Extinção; 6.2 Informe sobre o processo de elaboração do 4º Relatório Nacional; 6.3 Informe**
27 **sobre o conceito de Espécie Exótica Invasora da CDB e GISP adotado pela Câmara Técnica**
28 **Permanente de Espécies Exóticas Invasoras, no âmbito da CONABIO; 6.4 Informe sobre**
29 **encaminhamentos das decisões emanadas da COP 9 da CDB; 7. ENCERRAMENTO. O Sr.**
30 **Bráulio Dias** (MMA) abriu a reunião apresentando os assuntos em pauta. A pauta foi apreciada e
31 aprovada. Seguiu-se a aprovação da 31ª Reunião Ordinária com uma abstenção (CNA). Com a
32 concordância de todos inverteu-se a ordem de discussão dos itens para deliberação, a fim de que
33 fosse garantia a participação do Sr Gustavo Martinelli, do JBRJ, na discussão da minuta de
34 montanhas. O Sr. **Braulio Dias** solicitou ao Sr. Felipe Diniz que apresentasse as alterações

35 propostas para as Câmaras Técnicas Permanentes sobre Espécies Exóticas Invasoras (CTP-
36 Exóticas) e sobre a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Ameaçadas e de Espécies
37 Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação (CTP-Ameaçadas). O **Sr. Felipe Diniz**
38 explicou que a alteração proposta para a CTP-Exóticas , foi tão somente na composição da Câmara
39 Técnica, com a inclusão de três entidades: Instituto Chico Mendes de Conservação da
40 Biodiversidade - ICMBio, Instituição de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ e
41 Ministério da Defesa - MD. O **Sr. Braulio Dias** passou a palavra aos membros para se
42 manifestarem. O **Sr. Nelson Ananias** sugeriu a inclusão da Associação Brasileira de Produtores de
43 Florestas Plantadas – ABRAF. O **Sr. Rosalvo de Oliveira Jr.**, citou o Museu Emílio Goeldi. A **Sra.**
44 **Iolita Bampi** solicita esclarecimento sobre a proposta de inclusão do MD. O **Sr. Braulio** disse que
45 é a questão da Marinha do Brasil. Após discussão das propostas pelos membros das ONGs
46 Ambientalistas, Ibama, MMA, Contag, MAPA, MI, o **Sr Braulio Dias** colocou a em votação a
47 proposta de inclusão de 5 entidades na CTP-Exóticas: ICMBio, MD, JBRJ, ABRAF o Museu
48 Emílio Goeldi, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou para a minuta de deliberação
49 que altera a composição da Câmara Técnica de Espécies Ameaçadas de Extinção – CTP-
50 Ameaçadas . A **Sra Érica Pereira** explicou que a alteração apresentada foi a inclusão do ICMBio e
51 redução do número de representantes do MMA, SEAP e IBAMA.. O **Sr Braulio Dias** colocou esta
52 minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade. Passou para a minuta de
53 deliberação que dispõe sobre medidas de conservação dos ecossistemas de montanhas. Lembrou
54 que na última Reunião da CONABIO foi feita uma apresentação pela Sra. Nanuza Menezes sobre a
55 situação dos Campos Rupestres. Explicou que foi solicitada a ajuda do Sr.Gustavo Martinelli e do
56 Sr. Fábio Scarano, ambos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para colaborarem na elaboração da
57 minuta.de deliberação. Salientou que o Sr. Gustavo Martinelli, presente na Reunião, além de ser um
58 especialista em flora de montanhas e trabalhar em campos de altitude na Mata Atlântica, foi o
59 especialista indicado pelo governo brasileiro para acompanhar as discussões sobre ecossistemas de
60 montanhas em nível global no âmbito da CDB. Esclareceu que o objetivo desta deliberação é
61 aprovar um processo de se criar uma agenda e designar o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do
62 Rio de Janeiro para liderar um trabalho de consulta e detalhamento de uma proposta, de um
63 programa a ser submetido à CONABIO oportunamente. Explicou que essa agenda, mesmo sem o
64 detalhamento, dará uma sinalização política de que a questão é importante. Além disso, informou
65 que a definição de montanha adotada pela CDB é muito ampla, e que se for aplicado no Brasil o
66 mesmo critério, a maior parte do país seria montanha, o que não seria muito útil em termos de
67 políticas públicas para o Brasil. Por isso, foi proposto adotar os ecossistemas de topo de montanha,
68 como apresentado pelo Sr. Gustavo Martinelli num artigo de um número especial da Revista

69 Brasileira de Botânica, só dedicada a ecossistemas de montanhas, e que foi distribuído na Reunião
70 passada. Desta forma, decidiu-se listar para o programa quais seriam esses ecossistemas no Brasil.
71 Passou a palavra para o **Sr. Gustavo Martinelli**, que informou que esse é um tema focal da CDB
72 desde 2002, que tem uma transversalidade muito grande porque montanhas estão relacionadas às
73 bacias hidrográficas, que 15% da superfície da terra são formadas de montanhas, e quase 52% da
74 população humana vivem e dependem de montanhas. No entanto, esse tema nunca foi bem tratado
75 no Brasil. Lembrou que nessas áreas de montanha a maioria das espécies da flora e fauna é
76 endêmica. Concordou que há dificuldades em termos conceituais do que é exatamente montanha.
77 Explicou que em seu artigo a definição somente é tratada quanto ao tipo de vegetação e necessita
78 ser ampliada. Ressaltou que a comunidade científica tem interesse em trabalhar com o assunto.
79 Citou a existência de áreas, como por exemplo, a canga, que vem sofrendo grande impacto.
80 Mostrou-se partidário ao início de uma agenda, que deva se transformar num programa ou num
81 plano nacional sobre biodiversidade de montanhas e por fim, informou que o Banco Mundial possui
82 uma linha de financiamento enorme para os países com biodiversidade e montanha. O **Sr. Braulio**
83 **Dias**, lembrou que a CONABIO aprovou a Resolução N°4 em que foram identificados alguns
84 ecossistemas mais vulneráveis a situações de mudanças climáticas, e que os ecossistemas de
85 montanhas fizeram parte desse grupo de ecossistemas mais vulneráveis. Considerou, então que esta
86 é mais uma justificativa para que se dê atenção para esse conjunto de ecossistemas, além, de outras
87 citadas pelo Sr Gustavo Martinelli. O **Sr. Rosalvo de Olivera Jr.** Sugeriu duas emendas ao texto da
88 minuta. .A primeira seria alterar o texto “dispõe sobre as medidas de conservação dos ecossistemas
89 de montanhas” para “dispõe sobre a agenda e conservação dos ecossistemas de montanha”. A outra
90 sugestão foi de incluir um artigo entre o art 4º e 5º com o texto: “solicita-se ao MMA realizar
91 esforços para prover recursos humanos e financeiros com o objetivo de cumprir esta resolução. O
92 **Sr. Braulio Dias** considerou correta a colocação desta última sugestão, mas achou que seria
93 precipitado incluí-la agora, uma vez que no art. 4º é solicitado ao Jardim Botânico do Rio, num
94 prazo máximo de seis meses, apresentar para esta Comissão a proposta de um programa. Sugeriu,
95 então, que nessa oportunidade seja discutida a questão. O **Sr Rosalvo de Oliveira Jr.** concordou
96 com a justificativa mas sugeriu a ampliação do prazo. O **Sr. Braulio Dias** disse que gostaria de
97 consultar o Sr. Gustavo Martinelli sobre a questão do prazo, mas primeiramente passou a palavra
98 aos membros inscritos. O **Sr. César Victor** apresentou algumas sugestões ao texto: incluir um
99 artigo que traga uma definição aproximada do que se considera ecossistema de montanha; designar
100 no art. 3º. um grupo de trabalho para elaborar esse programa que, obviamente, seria coordenado
101 pelo Jardim Botânico, para dar um caráter mais oficial; ampliar o prazo de seis meses para até um
102 ano. Com relação as sugestões apresentadas O **Sr. Braulio Dias** explicou que por não ser fácil

103 definir, optou-se por listar os ecossistemas que no Brasil seriam entendidos como montanhas. Disse
104 que poderia ser criada uma Câmara Técnica e para isso pediu sugestões quanto a composição. O **Sr.**
105 **Rodrigo Agostinho** achou que a palavra “solicita”, no art 4º não está adequada. A **Sra Fani**
106 **Mamede** pergunta ao Sr. Braulio Dias se existe uma definição de campos de altitude e informa que
107 .a três anos o CONAMA discute uma resolução para regulamentação da lei da mata atlântica e
108 ainda não se chegou a um acordo com relação ao conceito de campos de altitude. O **Sr. Braulio**
109 **Dias** disse que essa foi uma das razões para não se adotar uma definição nesta deliberação, mas
110 nesta proposta poderá ser solicitado questões de definição para o grupo de técnicos que irá
111 desenvolvê-la. A **Sra. Iolita Bampi** disse apoiar totalmente a proposta de se criar uma câmara
112 técnica sob a coordenação do Jardim Botânico para trabalhar esse programa. Propôs a retirada dos
113 itens “representante brasileiro” e “da publicação na Revista Brasileira de Botânica” por considerar
114 que esses temas devam ser tratados pela equipe que vai trabalhar na elaboração do plano e não no
115 corpo da deliberação. Achou que o que está apresentado nos “considerandos” é suficientemente
116 forte para aprovação da deliberação. O **Sr. Bruno Walter** citou que no art. 2º tem uma sugestão de
117 priorização de alguns ecossistemas, e que essa priorização deixa em aberto uma série de
118 ecossistemas de montanhas. Chamou atenção que para a Caatinga, por exemplo, foi considerado
119 somente os brejos de altitude. Disse que como há uma confusão no conceito de campo rupestre,
120 sugere que seja colocada uma linha de campos rupestre associadas à Caatinga além do Cerrado. O
121 **Sr. Braulio Dias** concordou e informou que o Sr. Fábio Scarano mandou um e-mail chamando
122 atenção para isso. Sugeriu colocar simplesmente campo rupestre e, entre parênteses, os biomas
123 Cerrado e Caatinga. O **Sr. César Victor** questionou se deveria ser feito o mesmo para os Campos
124 de altitude da Amazônia e da Mata Atlântica que existem os Campos de altitude tanto da Amazônia,
125 quanto da Mata Atlântica, entre parêntese. O **Sr. Braulio Dias** esclareceu que eles são distintos em
126 termos de composição florística. O **Sr. André Arantes** perguntou se há um consenso sobre a
127 definição de brejo de altitude no bioma. O **Sr. Braulio Dias** explicou que existem definições
128 técnicas de especialistas, o que falta, às vezes, é uma definição de Governo. Como às vezes existem
129 diferentes entendimentos da parte dos especialistas, isso pode causar confusão. Se for criada essa
130 câmara técnica poderá colocar isso como uma das tarefas. O **Sr Lúcio Flores** questionou o motivo
131 da escolha do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico, diz que não conhece esta Instituição e pergunta
132 se eles foram consultados. O **Sr Braulio Dias** informou que o Instituto Jardim Botânico do Rio de
133 Janeiro têm competência em pesquisa e conservação com relação a ecossistemas de montanhas, e
134 que eles fazem parte do Ministério do Meio Ambiente, assim como o IBAMA e ICMBio.
135 Comunicou que o JBRJ está ciente, que o Gustavo Martinelli faz parte da equipe e que o Fábio
136 Scarano, Diretor de Pesquisa, também foi consultado. Informou que como parte do projeto

137 PROBIO II, será criado no âmbito do Jardim Botânico do Rio de Janeiro um Centro Nacional de
138 Conservação da Flora. Explicou que o JBRJ tem tido uma atuação maior na Mata Atlântica, mas
139 com o Centro será ampliada para outras regiões do País. **O Sr. João Batista Campos** lembrou que
140 a palavra implementação enseja ação executiva. **O Sr. Braulio Dias** sugeriu remover a palavra
141 implementação, visto que a Câmara irá preparar a proposta e as competências. **A Sra. Iolita Bampi**
142 concordou com a redação. **O Sr. Gustavo Martinelli** disse que a definição conceitual de montanha
143 é complexa pela impossibilidade de definir diferenças topográficas e geológicas de montanha, mas
144 que é importante cada país ter uma definição baseada, por exemplo, na vegetação do IBGE, sendo
145 importante que nessa discussão, a CONABIO consiga estabelecer uma definição sobre o que é
146 montanha. **O Sr. Braulio Dias** disse que o IBGE usa o termo refúgio ecológico e inclui diferentes
147 categorias de sistemas. **O Sr. Gustavo Martinelli** exemplificou que quando se fala em campo
148 rupestre, imagina-se a vegetação campestre ao longo do topo da cadeia do espinhaço, mas na
149 Amazônia existe uma série de montanhas chamadas tepuis, existem outras montanhas isoladas o
150 que são tratadas na literatura como inselbergs, inseridas em uma matriz de vegetação de floresta,
151 com uma montanha com outra vegetação completamente diferente. Disse que definições concretas
152 são complexas e essas sugestões de redação são bem pertinentes. **O Sr. Braulio Dias** disse que
153 alguns termos já são consagrados. **O Sr. Gustavo Martinelli** concordou, mas sugeriu a inclusão
154 também de termos geológicos ou topográficos para delimitar melhor o que é ecossistema de
155 montanha. Perguntou se uma câmara técnica temporária se extingue quando apresenta o produto. **O**
156 **Sr. Braulio Dias** disse que ela tem um prazo determinado para funcionar. **O Sr. Gustavo**
157 **Martinelli** lembrou que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro sempre atuou em nível nacional e
158 possui as grandes coleções originais de tipos da Amazônia, além de um acervo científico
159 representativo de todos os biomas brasileiros. **O Sr. Braulio Dias** concordou com a necessidade de
160 criação de uma câmara técnica temporária, passando ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro a
161 coordenação desta câmara. Perguntou ao **Sr. Gustavo Martinelli** qual seria o prazo adequado. **O**
162 **Sr. Gustavo Martinelli** sugeriu um prazo de até dez meses a doze meses. **O Sr. Rosalvo de**
163 **Oliveira Jr.** disse que o produto pode ficar pronto antes. **Sr. Braulio Dias** disse que existe o risco
164 das pessoas se acomodarem quando o prazo é muito longo. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Jr** sugeriu
165 que dez meses contemplam. **O Sr. Braulio Dias** disse que se for necessário pode ser solicitada uma
166 extensão de prazo, mas que dez meses é um prazo bastante razoável. **A Sra. Iolita Bampi**
167 comentou que, embora a deliberação considere a decisão 7/27 da Conferência das Partes, isto está
168 bem genérico, achando importante que a proposta de programa guarde aderência com a decisão
169 7/27 da CDB, devido à necessidade de preparar relatórios sistemáticos para a Convenção. **Sr.**
170 **Braulio Dias** disse que isso deve seguir o que for relevante para o Brasil. **A Sra. Iolita Bampi**

171 concordou que deve se focar no que for relevante, para facilitar a elaboração dos relatórios. O **Sr.**
172 **Braulio Dias** sugeriu colocar este comentário nas atribuições da Câmara, dizendo que o programa a
173 ser desenhado tem que guardar uma aderência com o programa da CDB no que for relevante para o
174 País. Passou então à discussão item a item, sugerindo que a proposta de alteração da ementa
175 elaborada pelo Sr. Rosalvo de Oliveira Júnior fosse seguida por todos. O **Sr. Bruno Walter**
176 perguntou se é uma agenda de conservação ou de medidas. O **Sr. Braulio Dias** disse que a
177 proposta do Sr. Rosalvo de Oliveira Júnior foi retirar a palavra “medidas” e manter “agenda de
178 conservação”, mas sugeriu que ao final da discussão a ementa seja revista para algum ajuste
179 necessário. A **Sra. Iolita Bampi** sugeriu que se tratasse especificamente do objeto da deliberação
180 que é a elaboração de um programa nacional para pesquisa e conservação em ecossistemas de
181 montanha. O **Sr. Braulio Dias** concordou com essa mudança de emenda, sugerindo “dispõe sobre a
182 de um programa nacional para pesquisa e conservação em ecossistemas de montanha” e disse que a
183 **Sra. Iolita Bampi** propôs remover os dois últimos considerandos. O **Sr. Braulio Dias** passou a
184 discutir um a um os itens, passando rapidamente pelos primeiro, segundo e terceiros considerandos,
185 dizendo que o quarto fala da necessidade de proteção desses ecossistemas, o seu grau de
186 endemismo, sua importância para conservação e grau de ameaça, que são justificativas para a
187 priorização desses ecossistemas e propôs a inclusão da vulnerabilidade à mudança climática. A **Sra.**
188 **Fani Mamede** sugeriu a inclusão da necessidade do uso sustentável desses ecossistemas. O **Sr.**
189 **Braulio Dias** disse não existir cultivo, mas sim extrativismo e lembrou que são o topo das
190 montanhas. O **Sr. Bruno Walter** disse que na serra gaúcha existe plantio em encosta de
191 ecossistema de montanha. **Sr. Braulio Dias** concordou incluir conservação e uso sustentável de
192 forma genérica, a ser acrescentado no quinto considerando. O **Sr. Miguel Guerra** apontou que o
193 primeiro não é considerando. O **Sr. Braulio Dias** se desculpou e corrigiu para o quinto parágrafo, o
194 quarto considerando. O **Sr. Miguel Guerra** reforçou que é necessário tomar algumas medidas
195 especiais para compatibilizar o uso sustentado em relação à ocupação de montanhas, além de
196 considerar também a importância dos ecossistemas na formação, manutenção das nascentes e
197 qualidade da água e dos recursos hídricos, e manutenção de outros serviços ambientais, através da
198 inclusão da sentença “bem como de outros serviços ecológicos” depois de bacias hidrográficas, na
199 primeira linha da segunda página. O **Sr. Braulio Dias** lembrou a todos que pela Convenção, uso
200 sustentável inclui qualquer tipo de uso, como extrativismo, biotecnologia, agroecossistemas. A **Sra.**
201 **Iolita Bampi** perguntou se não seria interessante retirar a palavra “concentração” na diversidade
202 biológica. **Sr. Braulio Dias** concordou. O **Sr. Bruno Walter** sugeriu unir o quarto e sexto
203 considerandos. O **Sr. Braulio Dias** acatou a sugestão. O **Sr. César Victor** sugeriu manter um
204 considerando sobre a importância da biodiversidade e outro sobre o uso sustentável. O **Sr. Gustavo**

205 **Martinelli** sugeriu manter a palavra concentração, pois reflete uma série de características próprias
206 das montanhas, como latitude, altitude, diversidade. A **Sra. Iolita Bampi** concordou com a
207 proposta. O **Sr. Braulio Dias** decidiu manter a palavra concentração e pediu ao **Sr. Miguel Guerra**
208 que fizesse sua inclusão no próximo parágrafo. O **Sr. Miguel Guerra** sugeriu a inclusão de “bem
209 como na manutenção de outros serviços ecológicos” após a manutenção de outros serviços
210 ambientais. O **Sr. Braulio Dias** considerou a criação de um programa nacional que integre os
211 incentivos a esforços nacionais já existentes em instituições e cientistas. O **Sr. Miguel Guerra**
212 lembrou que esse tema é objeto. O **Sr. Braulio Dias** concordou e perguntou se havia algum
213 comentário sobre esta remoção. O **Sr. Bruno Walter** endossou comentários prévios visando o texto
214 da lei. O **Sr. Braulio Dias** decidiu contemplar a nova redação das competências da Câmara Técnica
215 visando referir ou não à documentação básica. A **Sra. Iolita Bampi** complementou que o
216 documento não é público, mas imagina que os documentos mencionados serão importantes para a
217 elaboração do próprio programa. O **Sr. Braulio Dias** disse não precisar de explicitação. O **Sr.**
218 **Rosalvo de Oliveira Jr** disse entender que o documento é público e acredita que o máximo de
219 informações devam ser disponibilizadas na legislação. O **Sr. Braulio Dias** esclareceu que o
220 relatório foi preparado pelo **Sr. Gustavo Martinelli** e um grupo técnico com modificações adotadas
221 na COP 7, como o programa de trabalho da Convenção para ecossistemas e montanhas. Disse que a
222 intenção ao mencionar a proposta é para ela ser utilizada. Citou que o número da revista Brasileira
223 Botânica dedicada a ecossistemas de montanhas é um número especial, que tem a caracterização
224 das tipologias de montanhas do Brasil. O **Sr. Bruno Machado Teles Walter** explicitou que a
225 crítica é a redação atual. O **Sr. Gustavo Martinelli** sugeriu incluir toda informação disponível. A
226 **Sra. Érica Frazão** disse que o disponibilizará o documento via e-mail e que o mesmo está na
227 página da CONABIO. O **Sr. Braulio Dias** sugeriu a redação “considerando os avanços das
228 pesquisas nos ecossistemas de montanhas consolidados no número tal da Revista Brasileira de
229 Botânica...”. O **Sr. Gustavo Martinelli** lembrou que seria coerente colocar montanhas como
230 campos de atitude, tanto nos biomas Mata Atlântica, como na Amazônia. O **Sr. Braulio Dias** disse
231 que o grupo vai discutir isso em detalhes, chamando a atenção das florestas nebulares. O **Sr.**
232 **Braulio Dias** disse achar que esta redação piora o texto porque para quem ler a resolução verá que,
233 embora sejam campos rupestres eles não são a mesma coisa, segundo a sua própria explicação,
234 achando que redação anterior, mantendo separado, estava melhor. O **Sr. Braulio Dias** concordou
235 que fisicamente são semelhantes, mas do ponto de vista de composição de espécies são
236 distintos, e propôs que a discussão fosse interrompida naquele momento e que a equipe de apoio da
237 reunião trabalhe na proposta no intervalo do almoço, considerando o que foi discutido para
238 reformatar a parte operativa do documento na forma da criação de uma Câmara Técnica, pegando o

239 modelo que a gente tem das outras deliberações. **A Sra. Iolita Bampi** informou que não poderia
240 retornar pela tarde. **O Sr. César Victor** informou que também não poderia, mas sugeriu que uma
241 entidade ambientalista participasse da câmara técnica. **O Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias**
242 resolveu então deliberar visto a necessidade de quorum e lembrou a todos da necessidade da
243 suplência e de avisar aos suplentes para que eles compareçam às reuniões nestes casos. Sugeriu
244 adotar a seguinte estrutura para o documento, sendo para a criação de uma Câmara Técnica
245 Temporária e definir competências, composição e prazo **O Sr. Bruno Machado Teles Walter**
246 sugeriu criar a Câmara Técnica Temporária sobre Ecossistema de Montanha, com o objetivo de
247 elaborar uma proposta de um programa nacional sobre o tema. **O Sr. Braulio Dias** sugeriu para o
248 artigo 2º. priorizar os tipos de ecossistemas de montanha e que as questões de especificidades a
249 câmara vai discutir, como os inselbergs. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Jr** perguntou se fica designado
250 o JBRJ para coordenar a Câmara Técnica. **O Sr. Braulio Dias** decidiu ir primeiro às competências,
251 composição e só depois a coordenação, mudando o caput do artigo 3º com o texto “Compete à
252 Câmara Técnica elaborar proposta para: ...” a) promover a integração do conhecimento científico
253 existente no Brasil sobre o tema, organizando uma base de dados de acesso livre. O item b ficou
254 com a redação “propor planos de ação para conservação e uso sustentável de montanhas”. **O Sr.**
255 **Miguel Guerra** propôs a inclusão de inventários em áreas pouco conhecidas. E mudar os itens de
256 ordem, para hierarquizar as ações. **O Sr. Braulio Dias** acatou a sugestão e passou para o item C
257 “propor estudos de longa duração para o monitoramento das mudanças climáticas e montanhas”, o
258 item D segue logo após o A e é “propor inventários biológicos em áreas poucos conhecidas ou
259 ainda não exploradas”, o item E: “propor também a restauração de ecossistemas de montanha e uso
260 sustentável da biodiversidade nas zonas de amortecimento de unidades de conservação, o item F
261 “propor o manejo integrado de fauna e flora conciliadas ao manejo integrado de bacias
262 hidrográficas, expansão urbana e agricultura em áreas de montanhas, identificando as melhores
263 práticas para evitar a degradação e garantir estabilidades e manutenção dos serviços ambientais”,
264 item G “propor a revisão e análise de representatividade e efetividade da rede de áreas protegidas e
265 ecossistemas e montanhas”, item H “propor e promover treinamento e formação de atores
266 envolvidos na conservação de uso sustentável de ecossistemas de montanhas”, item I “propor
267 avaliação de impactos humanos nas áreas de ecossistemas de montanhas no Brasil”. Sugeriu ainda
268 que no caput do primeiro artigo “criar a Câmara sobre ecossistemas e montanhas com o objetivo de
269 elaborar proposta de um programa nacional sobre o tema, considerando o programa de montanhas
270 da CDB (decisão 7/27)”. **O Sr. César Victor** sugeriu revisar novamente o art. 3. **O Sr. Braulio**
271 **Dias** disse que o caput não está bom. Sugeriu a redação “O programa nacional de ecossistemas e
272 montanhas deverá contemplar dois pontos”. **O Sr. Rosalvo de Oliveira Jr** sugeriu “Deverá

273 contemplar dentre outros...”. O **Sr. Bráulio Dias** concordou e sugeriu avançar artigo sobre
274 composição e coordenação. Sugeriu “A Câmara Técnica Temporária de Ecossistemas e Montanhas
275 estará composta por representantes das seguintes instituições” e propôs a inclusão das instituições 1:
276 Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que coordenará. Pediu que fossem
277 colocadas as siglas das instituições para agilizar: ICMBio, CONTAG, SBB, SBZ, MAPA, FBOMS.
278 Solicitou a inclusão de um artigo dar um prazo sugerindo um prazo de dez meses para apresentar a
279 esta Comissão a proposta do Programa Nacional de Ecossistemas de Montanhas. A deliberação foi
280 aprovada por consenso. O **Sr. André Arantes** comunicou que foi disponibilizado um CD com o
281 estudo territorial encabeçado pelo Ministério do Planejamento e encomendado ao CGE, e
282 aproveitou para divulgar o seminário internacional para todos os membros, de 11 a 13 de novembro
283 de 2009, cujo endereço está no site eletrônico www.planejamentoterritorial.gov.br com as
284 instruções para apresentação, inscrição no evento, aberto e gratuito, mas com limitação de pessoal.
285 O **Sr. Bráulio Dias** agradeceu e lembrou que uma apresentação foi feita na Comissão e que faz
286 parte das discussões sobre biodiversidade e o PAC, o Programa de Aceleração para o Crescimento,
287 reforçando que o estudo que o Ministério do Planejamento encomendou dá uma base mais sólida ao
288 PPA, sugerindo uma proposta de redimensionamento do território nacional para efeitos de
289 planejamento, e uma análise da carteira de projetos do PAC, com base em impactos ambientais e
290 sociais dessa carteira. O **Sr. Rosalvo de Oliveira Jr** disse que aos que se interessarem para
291 comparecerem e concluiu que estes trabalhos que o Ministério da Integração estão fazendo vão
292 compor esse grande guarda-chuva para que o País tenha uma política nacional de ordenamento
293 territorial. O **Sr. Bráulio Dias** solicitou mais informações sobre essa publicação e agradeceu a
294 possibilidade de receber cópias para a biblioteca da CONABIO. O **Sr. César Victor** disse não estar
295 entendendo as propostas de tantos territórios no Brasil. O **Sr. André Arantes** informou que havia
296 uma iniciativa de tentar trazer algum aspecto da regionalização em termos de programação, para
297 tentar embasar dentro dos orçamentos, dentro da legislação que existe sobre o plano plurianual, os
298 orçamentos anuais. Disse que o trabalho foi desenvolvido em vários módulos, como análise de
299 carteira, análise da dinâmica populacional, análise e integração das políticas de conservação, de
300 biodiversidade, de terras indígenas. Informou que o objetivo desse trabalho era que houvesse um
301 rebatimento tanto dentro do plano plurianual, quanto dentro dos orçamentos. O que ficou do
302 trabalho é uma base que vai se consolidar ou será discutido mais à frente com outros instrumentos
303 de ordenamento territorial, de como isso vai ser tratado dentro dos instrumentos de planejamento e
304 orçamento, sendo a referência para poder incorporar os esses estudos territoriais dessas dinâmicas
305 que o MI, o MDA, os órgãos setoriais, o próprio MMA trabalha. O **Sr. Bráulio Dias** mencionou
306 duas publicações recentes: O Novo Catálogo da Flora do Bioma Cerrado e O Livro Vermelho da

307 Fauna Ameaçada de Extinção.. O Sr. César Victor do Espírito Santo sugeriu a inclusão de um
308 representante da sociedade civil para falar na abertura do seminário de comemoração de cinco anos
309 da CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** acatou a proposta e disse que a discussão seria para a segunda
310 parte da reunião. O Sr. **Braulio Dias** retomou a reunião discutindo o Item 5 da pauta, sobre a
311 realização de um evento para comemorar os cinco anos da criação e instalação da CONABIO,
312 criada e instalada em 2003, na forma de um seminário discutindo-se dois temas que seriam um
313 balanço dos resultados do PROBIO e uma apresentação sobre as perspectivas do PROBIO 2, nos
314 dias 02 e 03 de Dezembro. Informou que seria um evento simples, com uma mesa de abertura,
315 alguns pronunciamentos, duas palestras e uma mesa redonda para um debate de discussão sobre os
316 avanços, dificuldades, futuro com relação aos trabalhos da CONABIO, uma revisão do regimento e
317 o lançamento de um livro que consolide a produção da CONABIO nesses cinco anos. O Sr.
318 **Braulio Dias** pediu sugestões à proposta e passou a palavra ao Sr. **Rosalvo de Oliveira Jr**, que
319 propôs um pronunciamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. **Braulio Dias**
320 propôs que o tema Recursos Hídricos fosse incluído na mesa redonda. O Sr. **Rosalvo de Oliveira**
321 **Jr** sugeriu também que na mesa redonda fosse discutido o documento de planejamento dos temas
322 da CONABIO para os próximos cinco anos e parabenizou ainda o lançamento do livro. O Sr.
323 **Braulio Dias** passou a palavra para a Sra. **Fani Mamede** sugeriu que a sociedade civil participasse
324 da mesa de abertura e pediu informações se existia uma proposta de revisão do regimento interno
325 para ser trabalhada. Sr. **Braulio Dias** respondeu que sim e passou a palavra ao Sr. **Lúcio Flores**,
326 que sugeriu a participação de um indígena em uma mesa redonda. O Sr. **Fernando Coimbra**
327 afirmou que achava interessante a proposta de agregar os demais Conselhos que tratam de assuntos
328 que se relacionam com o trabalho da CONABIO. O Sr. **Bráulio Dias** sugeriu que este tema fosse
329 discutido no segundo dia, pois existem algumas deliberações a serem tomadas. A Sra. **Fani**
330 **Mamede** sugeriu que a CONABIO fosse ampliada para incorporar o Ministério da Defesa e o
331 Instituto Chico Mendes. O Sr. **Braulio Dias** lembrou também do Ministério de Minas e Energia, a
332 questão da paridade e a possibilidade de reforçar a representação do setor acadêmico e disse que tais
333 assuntos poderiam entrar na pauta no segundo dia de reunião, juntamente com a questão de
334 discussão e aprovação de mudança no regimento. A Sra. **Fani Mamede** reforçou a necessidade de
335 ampliação de participação do setor acadêmico. O Sr. **Braulio Dias** levantou a questão da
336 necessidade de quorum para as reuniões, frisando a necessidade de ter na Comissão os órgãos que
337 realmente têm ações importantes ligadas à biodiversidade, mas que se preocupa com o tamanho do
338 colegiado, dado o aspecto operacional. A Sra. **Patrícia Medeiros** agradeceu a participação do
339 Ministério da Defesa na composição da Câmara Técnica Permanente de Espécies Exóticas
340 Invasoras e reiterou o interesse do Ministério da Defesa em compor a CONABIO. O Sr. **André**

341 **Arantes** perguntou sobre a logomarca da comissão. O **Sr. Braulio Dias** informou que alguns
342 técnicos do MMA que trabalham com design fizeram algumas propostas a serem encaminhadas
343 eletronicamente aos membros e que o MMA também está trabalhando no aprimoramento e na
344 revisão da web page da CONABIO. Passou para item Informes, que inclui questões relacionadas à
345 Lista vermelha da Flora, o 4º Relatório Nacional para CDB, Conceitos de Espécies Exóticas e
346 Invasoras e encaminhamentos das decisões emanadas da COP 9. O **Sr. Lúcio Flores** pediu para ler
347 um informe sobre o GEF indígena. O **Sr. Fernando Coimbra** informou sobre o estado de
348 implementação das decisões emanadas na COP de Bonn, dizendo que ainda está sendo iniciado o
349 processo interseccional e por isso não houve avanços muito significativos, mas relatou algumas
350 decisões que já desencadearam alguns processos. Iniciou seu informe falando primeiro da decisão
351 9/2 sobre biocombustíveis, que trata da temática no contexto de biodiversidade agrícola, dizendo
352 que este tema será discutido na reunião do SUBSTTA(F) 14, programada para ocorrer em março ou
353 abril de 2010. Disse que o secretariado do SUBSTTA encaminhou uma notificação solicitando
354 contribuições das partes sobre ferramentas e melhores práticas para produção e uso sustentável de
355 biocombustíveis, o que levou o Itamaraty solicitar contribuições dos diferentes Ministérios até 31 de
356 março de 2009. Continuou informando sobre a Decisão 9/12, sobre acesso e repartição de
357 benefícios, dizendo que foi adotado um road map para negociação, a fim de permitir sua adoção na
358 COP 10, em Nagoya, em outubro de 2010. Disse que o road map prevê a realização de três reuniões
359 de Grupos Técnicos e três reuniões do grupo de trabalho aberto sobre ABS. Informou que a
360 primeira reunião do grupo técnico de peritos tratará de conceitos, definições e abordagens setoriais,
361 e será realizada na Namíbia entre 2 a 5 de dezembro próximo. Disse que a segunda reunião do
362 Grupo Técnicos de Peritos tratará de cumprimento e será realizada em Tóquio de 27 a 30 de janeiro
363 de 2009 e que a terceira reunião do Grupo de Peritos tratará de conhecimentos tradicionais e será
364 realizada em local ainda a ser confirmado em 16 de 19 de junho de 2009. Quanto às reuniões
365 intergovernamentais propriamente ditas, informou que a primeira reunião do GT de ABS será em
366 Paris de 31 março a 8 de abril de 2009. Disse que a segunda reunião do GT de ABS será realizada
367 em Koalalumpur, entre 9 e 15 de novembro de 2009 e que a terceira reunião será, provavelmente,
368 em Bogotá, entre 29 de março a 7 de abril de 2010. Disse que o Brasil está trabalhando por um
369 regime vinculante, que assegure o cumprimento das normas internas sobre acesso e repartição de
370 benefício no âmbito internacional. O **Sr. Fernando Coimbra** frisou que a posição brasileira será de
371 buscar reforçar o trabalho do grupo de revisão da implementação do artigo 8J, de modo a que o
372 SUBSTTA possa assumir sua função de assessoramento técnico, científico e tecnológico da
373 Convenção, através da despolitização do SUBSTTA. Disse ainda, que os membros da CONABIO
374 poderiam se pronunciar, fazer sugestões que são muito bem vindas para o Itamaraty. O **Sr.**

375 **Fernando Estellita Coimbra** informou sobre a Decisão 9/16 biodiversidade e mudança do clima,
376 que prevê a realização de reunião do Grupo Técnico de Peritos, para fornecer aconselhamento
377 científico e técnico sobre a integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade em
378 atividades de mitigação e adaptação à mudança do clima. Disse que essa reunião será realizada em
379 Londres de 17 a 21 de novembro. Continuou sobre as Decisões 9/11 e 9/31, que tratam de recursos
380 financeiros. Disse que o secretariado enviou uma notificação onde convida as partes a realizarem
381 diversas ações relativas a recursos financeiros, onde se destaca a apresentação de comentários e
382 sugestões sobre atividades e iniciativas concretas, incluindo metas e/ou indicadores mensuráveis
383 para alcançar os objetivos da estratégia de mobilização de recursos e para monitorar a
384 implementação da estratégia. Disse que a estratégia de mobilização de recursos adotada na COP 9
385 poderá constituir importante ferramenta de implementação da Convenção, mas que será necessário
386 que as partes adotem medidas concretas para que a estratégia tenha eficácia. Disse que as discussões
387 sobre espécies invasoras não gerou ainda nada em questão, mas certamente, será um tema que
388 merecerá a nossa atenção. Falou ainda sobre a presidência do Brasil no grupo dos países
389 megadiversos, que reúne 17 países em desenvolvimento com grande diversidade biológica. Disse
390 que já houve algumas reuniões de trabalho para definir um pouco a pauta, que inclui reuniões no
391 Brasil. Informou que a pauta envolve o trabalho de coordenação dos megadiversos com a consulta,
392 aproximação, entendimento e construção de posições, com o desafio de ter o regime internacional
393 aprovado até 2010. O **Sr. Rosalvo de Oliveira Jr** informou que o seu órgão é responsável pela
394 elaboração desses planos regionais de desenvolvimento e que o tema da biodiversidade e dos
395 recursos hídricos são fundamentais em qualquer projeto de desenvolvimento regional e gostaria de
396 vincular o desenvolvimento regional com a conservação e uso da biodiversidade. O **Sr. Braulio**
397 **Dias** respondeu que a agenda de negociação do Itamaraty é muito extensa e que este assunto
398 levantado tem que ser tratado como um tema transversal dentro das várias políticas nacionais onde a
399 questão da biodiversidade possa ser relevante. Disse que o PROBIO II vai ser uma ferramenta
400 importante para implementar a transversalidade. O **Sr. Fernando Coimbra** complementou dizendo
401 que alguém do Itamaraty poderá levar os temas levantados pelos membros da CONABIO como
402 contribuição. O **Sr. Braulio Dias** informou que na reunião de dezembro, além, da comemoração
403 dos cinco anos da CONABIO, haverá uma reunião ordinária e um dos assuntos a serem discutidos
404 será a agenda de reuniões para o próximo ano, onde questões de como trabalhar melhor, aproveitar
405 melhor a Comissão para tratar certos temas, poderão ser discutidas. A **Sra. Fani Mamede** disse
406 estar feliz pela discussão sobre o papel da CONABIO. **Sr. Braulio Dias** disse que o desafio é
407 conseguir conciliar as agendas internacional e nacional no espaço da CONABIO para atuar de uma
408 forma mais efetiva e que a reunião de Dezembro será proveitosa para isso. A **Sra. Fani Mamede**

409 quis saber se o Sr. Bráulio Dias está na presidência dos países Megadiversos. O **Sr. Bráulio Dias**
410 informou que a coordenação da participação brasileira é do Itamaraty. A **Sra. Fani Mamede**
411 perguntou se a coordenação do Itamaraty e do Ministério estão juntas. O **Sr. Bráulio Dias** disse que
412 sim, mas que o acompanhamento é feito por todo Brasil. O **Sr. Fernando Coimbra** comentou
413 como está sendo implementada a política externa brasileira envolvendo todos os Ministérios e
414 também a sociedade civil, mas que o processo de elaboração dessas posições é um processo que,
415 muitas vezes, é delicado que envolve muitas reuniões. O **Sr. Bráulio Dias** disse que toda em toda
416 questão ligada à ABS, a participação da equipe do DPG é muito importante, e também o fórum do
417 CGEN para articular as questões do plano nacional para o plano internacional dessa questão de
418 regras para acesso a recursos genéticos e repartição de benefício, mas nada impede que a
419 CONABIO contribua para essa temática, apesar da CONABIO não ter um mandato específico em
420 relação a esse tema. Informou sobre os preparativos do 4º relatório da CDB, lembrando que nos
421 últimos relatórios para a CDB a ênfase era em processo, onde cada país mostrava o que estava
422 sendo feito para implementar os artigos da Convenção e as decisões da COP. Disse que o 4º
423 Relatório vai avaliar como é que está a situação da biodiversidade no País, como é que ela está
424 respondendo às políticas públicas para promover sua conservação, promover seu uso sustentável,
425 promover acesso de recursos genéticos e que a ênfase maior é sobre os resultados, seguindo o
426 roteiro aprovado pela Conferência das Partes, além dos esforços nacionais de promoção da
427 transversalidade da biodiversidade. Informou que o relatório inclui ainda o alcance das metas de
428 2010, o quanto que o País vai contribuir para a implementação das metas 2010 no plano global,
429 incluindo as metas nacionais definidas na CONABIO. Disse que o prazo para entrega desse
430 relatório é final de março ou abril de 2009, para ser apresentado na 10ª Reunião da COP.
431 Comunicou que a proposta é utilizar dados disponíveis sobre monitoramento da biodiversidade,
432 espécies ameaçadas, espécies exóticas invasoras, áreas protegidas. A **Sra. Fani Mamede** perguntou
433 se informações relativas à sociodiversidade estão sendo incluídos. O **Sr. Bráulio Dias** respondeu
434 que sim e comunicou que o MMA, em parceria com o PNUMA, está preparando um Geobrasil 2 até
435 o final de 2009. Disse ainda que está sendo feito um levantamento do que existe de estudos no
436 Brasil sobre a avaliação da implementação de instrumentos de políticas públicas ligados à
437 biodiversidade, o segundo passo será selecionar alguns temas para uma análise em maior
438 profundidade. A **Sra. Fani Mamede** perguntou a diferença entre espécies invasoras e exóticas. O
439 **Sr. Lídio Coradin** informou que existem muitas definições, mas que uma espécie exótica invasora
440 pode ser simplesmente uma espécie que estabelece com grande facilidade em ambiente fora do local
441 de origem, mas que a Convenção foi mais específica nesse detalhamento, definindo espécie exótica
442 e espécie exótica invasora, onde espécie exótica é aquela que se encontra fora de distribuição

443 natural, e que espécie exótica invasora seria toda aquela que se encontra fora da sua área de
444 distribuição natural e que causa problemas aos ecossistemas, hábitat ou outras espécies. Disse que o
445 programa global de espécies invasoras já trata espécies exóticas invasoras como sendo organismos
446 exóticos que causam ou tenham potencial de causar danos ou prejuízos ao meio ambiente, à
447 economia ou à saúde. Disse que se a espécie invasora não tiver importância econômica é o controle,
448 se tiver importância econômica você tem que manejar. O Sr. **Sr. Braulio Dias** disse estar bem claro
449 que espécie exótica é diferente de exótica invasora, bem como o fato de que uma espécie exótica
450 pode ser invasora numa região do país e não ser invasora em outra região, ou ser invasora num certo
451 contexto de certas práticas adotadas, e se você muda as práticas ela deixa de ser invasora. O Sr.
452 **Bruno Walter** disse que boa parte das preocupações foram esclarecidas, mas que existe a
453 preocupação do MAPA quando se discute essas definições do que é que é invasora, porque algumas
454 plantas têm interesse agrícola e chamou a atenção para a contextualização da definição, pois, num
455 ambiente agrícola, o chuchu é o chuchu, mas se ele estiver dentro de uma unidade de conservação
456 ele é exótico, e que isso deve ficar claro em termos legais. Alertou ainda que as discussões da
457 Câmara não conflitem com definições de outras convenções que o Brasil é signatário, por exemplo,
458 a Convenção Internacional para Preservação de Vegetais. O Sr. **Braulio Dias** informou que têm
459 sido realizadas reuniões bilaterais com o MAPA sobre esse assunto. Disse que existe um problema
460 de uso de terminologias diferentes nesses setores que devem ser trabalhados, com o objetivo de
461 harmonizar políticas. Citou que o MAPA e a Anvisa contam com uma estrutura de controle de
462 fronteiras e quarentenas, que a área ambiental não tem, sendo interessante articular com o MAPA e
463 com o Anvisa como otimizar o sistema existente para também contemplar as preocupações de
464 invasoras que possam causar impacto ao meio ambiente e à biodiversidade nativa. O Sr. **João**
465 **Batista Campos** falou sobre a experiência com a lista oficial de espécies exóticas invasoras do
466 Paraná e ocorreu uma reação forte contra essa questão, informando que os objetivos da lista eram
467 basicamente reconhecer oficialmente as espécies que trazem problemas e facilitar ações de controle
468 dessas espécies em ambientes onde ele não é admissível. Disse ainda que este é um processo de
469 divulgação crescente, para que mais pessoas se interessem do problema e possam se engajar nessa luta.
470 O Sr. **Braulio Dias** disse que no passado o próprio governo promoveu introduções sem muitos
471 estudos e avaliações prévias. O Sr. **Lídio Coradin** lembrou que uma espécie pode ser nativa do
472 Brasil, mas exótica em uma região e informou que o Paraná foi o primeiro Estado que produziu
473 uma lista de espécies exóticas invasoras, o Espírito Santo está sendo o segundo que deverá lançar
474 em curtíssimo prazo, e que a proposta é disseminar, apoiar e estimular a criação de fóruns em
475 diferentes regiões do País, para discutir o assunto. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que foi discutida a
476 realização de reuniões da CONABIO em diferentes Estados, e que isso deverá ser discutido em

477 dezembro, aproveitando para discutir, questões particulares de cada estado. O **Sr. Miguel Pedro**
478 **Guerra** reforçou a fala do Sr. Lídio Coradin, lembrou que existem características ecológicas das
479 espécies invasoras que devem ser incluídas nos conceitos de espécie invasora. Disse ainda que uma
480 reflexão para a CONABIO é a incapacidade nacional de gerenciar, domesticar e melhorar os nossos
481 recursos genéticos, pois se tivéssemos feito isso, possivelmente, para cada ecossistema e para cada
482 bioma, nós teríamos os materiais genéticos avançados para estarem introduzindo de forma adequada
483 naqueles ecossistemas e que as exóticas trazem pragas quarentenárias, instalando um processo em
484 cascata. Disse considerar que em pouco tempo, esse será o principal problema da biodiversidade
485 brasileira. Reforçou a necessidade dessa reflexão na CONABIO, no componente do uso sustentável
486 da nossa biodiversidade, e a incapacidade que o Brasil tem de aproveitar corretamente sua própria
487 biodiversidade. O **Sr. Braulio Dias** agradeceu as questões levantadas, mas que é necessário manter
488 as diferentes pautas e concordou que o País não priorizou como estratégia a produção, a
489 domesticação e o aproveitamento das espécies nativas, investindo em espécies exóticas, se tornando
490 um grande produtor de café, de laranja, de eucaliptos, de pinus e outras coisas, não sendo diferente
491 de outros países. Disse que a maioria das políticas também priorizou como estratégia, como no setor
492 agropecuário, trabalhar com espécies exóticas que, normalmente, tem uma vantagem comparativa
493 pela ausência de competidores, doenças e parasitas, tendo um potencial maior. O desafio é gerar
494 pacotes para espécies nativas. A ausência de estrutura para pesquisa neste setor no Brasil leva a
495 concluir que não será nos próximos anos essa situação vai se reverter. Disse que o que pode ser
496 feito é a comissão tentar fazer parcerias chaves para reverter essa situação, de forma estratégica. O
497 **Sr. Miguel Guerra** lembrou que as duas estratégias poderiam andar juntas e que deve estar claro o
498 que deve ser feito com o portfólio de plantas para o futuro, dentro dos respectivos biomas e
499 ecossistemas, pois possivelmente sejam esses os recursos genéticos que demandam atenção
500 imediata. O **Sr. Lídio Coradin** lembrou que em 30 anos simplesmente a paisagem mudou no
501 Paraná e que onde havia grandes florestas de Araucária hoje existem paisagens muito modificadas
502 compostas apenas por. Não existem mais pinheirais nativos. O **Sr. Rodrigo Agostinho** disse ter
503 trabalhado com a questão de exóticas invasoras no Interior de São Paulo, mas que existe dificuldade
504 na discussão sobre espécies exóticas com o setor produtivo devido à ausência de protocolos
505 específicos para cada espécie ou grupos de espécies. Disse que diversas espécies exóticas estão
506 sendo plantadas largamente em todos os projetos de recuperação de mata ciliar, inclusive por órgãos
507 públicos e que não existe nenhum controle. Afirmou ser necessário um grau de detalhamento com
508 protocolos de segurança para cada espécie exótica. O **Sr. Braulio Dias** disse que além dos
509 protocolos devem-se ter protocolos para prevenção, melhor controle de fronteira nos aeroportos,
510 portos, uma melhor de análise de risco para introduções, lembrando que essas exóticas ou chegam

511 trazidos pelo homem intencionalmente ou chegam por outros meios de forma não intencional. Disse
512 que na via intencional deve-se melhorar as avaliações de risco antes de qualquer nova introdução. O
513 **Sr. Rodrigo Agostinho** complementou que no caso da política de controle e prevenção em espécies
514 exóticas nós vamos ter que, efetivamente, realmente mudar o marco legal e coragem para executar a
515 política pública. O **Sr. Braulio Dias** lembrou da necessidade de informação junto à opinião pública.
516 O **Sr. Lídio Coradin** disse que não é fácil lidar com certas espécies invasoras. Disse ainda que o
517 DNIT planta espécies exóticas ao longo das rodovias, nas áreas de domínio das estradas. O **Sr.**
518 **Braulio Dias** informou que o MMA assinou uma instrução normativa atualizando a lista da flora
519 ameaçada de extinção em nível nacional, mas que apenas 1/3 dessas espécies tinha uma
520 documentação razoável. Foi publicada mesmo assim devido à defasagem entre a antiga e a nova
521 lista, juntamente com uma lista de espécies deficientes de dados que tem interesse para pesquisa.
522 Disse que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi escolhido como ponto focal dentro do MMA
523 para lidar com questões de atualização da lista da flora, formar a base de dados, de coordenar junto
524 com o Instituto Chico Mendes a elaboração de planos de ação para conservação dessas espécies,
525 tanto *in situ* quanto *ex situ*. O Jardim Botânico do Rio está coordenando, em parceria, com várias
526 instituições a preparação do catálogo da flora nacional. Disse que o MCT financiou um trabalho
527 coordenado pela Associação Plantas do Nordeste, para a elaboração do catálogo das plantas do
528 Nordeste, em particular, da Caatinga. Disse que o desafio é cobrir o restante do País, e o
529 compromisso assumido é até 2010 produzir um catálogo da flora brasileira. O **Sr. João Batista**
530 **Campos** solicitou uma revisão na Instrução Normativa de espécies da flora ameaçadas, visto que dá
531 a entender que as espécies dadas deficientes não demandam licença para coleta. O **Sr. Braulio Dias**
532 informou que é isso mesmo. O **Sr. Lídio Coradin** informou que isso ocorre porque estas espécies
533 não são consideradas como ameaçadas. O **Sr. João Batista Campos** perguntou se a autorização não
534 é necessária para todas espécies nativas. O **Sr. Braulio Dias** disse que para fauna é necessário, mas
535 não para a flora, devido a diferenças na legislação referentes a flora e fauna. Disse ainda que está
536 sendo aguardada a revisão das cerca de mil espécies consideradas deficientes de dados. O **Sr. Lídio**
537 **Coradin** informou que existem dados sobre endemismos, mas que nem sempre isso deve ser
538 considerado como interpretação de ameaça. O **Sr. João Batista Campos** tem dúvidas se a coleta
539 excessiva não pode causar a extinção local de algumas espécies e diz entender que deveria ter uma
540 autorização do órgão ambiental para sua exploração, pois se está retirando a planta do ambiente
541 natural. O **Sr. Braulio Dias** concordou e disse existir portarias de órgãos ambientais
542 regulamentando a exploração de algumas espécies. A **Sra. Fani Mamede** informou que no dia 29
543 de outubro na pauta de reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
544 Sustentável da Câmara será apresentado para aparecer para votação o Projeto de Lei 3.455 da Janete

545 Capiberibe que altera a Lei nº 7.827/89, que regulamenta e institui o Fundo Constitucional de
546 Financiamento do Norte, o FMO, e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e do
547 Centro-Oeste e dá outras providências, de forma a incluir condicionantes relativos à biodiversidade
548 amazônica na aplicação dos recursos do FNO. O **Sr. Braulio Dias** agradeceu a informação e disse
549 houve uma reunião na Escola Nacional de Administração Pública há duas semanas organizada pelo
550 Ministério da Integração e Ministério do Meio Ambiente sobre os fundos constitucionais, onde
551 foram apresentadas as propostas da CONABIO e que foi discutido com o Diretor da área formas de
552 incorporar as recomendações da CONABIO nas novas regras dos Fundos. O **Sr. Lúcio Flores**
553 informou que o GEF indígena é um projeto junto ao GEF que seria, a princípio, para manutenção,
554 sustentabilidade e recuperação de territórios indígenas, visto que os povos indígenas detêm um
555 território de cerca de 110 milhões de hectares no Brasil, a maioria na Amazônia. Disse que nesta
556 semana o projeto será fechado para ser encaminhado ao GEF. Nós achamos que é um avanço na
557 forma de relacionamento entre governo, povos indígenas e instituições de apoio. O **Sr. Braulio**
558 **Dias** informou que o projeto diminuiu de valor em função da falta de clareza sobre os modelos e as
559 práticas que iriam ser implementadas com o projeto. Disse que a avaliação foi positiva, se existir
560 clareza sobre os instrumentos legais, os instrumentos na parte prática que vão ser utilizados,
561 acredita que o Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente terá disposição para apoiar uma
562 outra fase, mais ampla. Disse que o projeto possui um grande potencial de impactos positivos sobre
563 a conservação da biodiversidade. Lembrou a todos sobre o evento de lançamento do MAPA das
564 Unidades de Conservação e terras indígenas do bioma caatinga, além de um conjunto de
565 publicações sobre conservação e uso sustentável na caatinga. Agradeceu a presença de todos e
566 encerrou a reunião. Eu, Gláucia Jordão Zerbini, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a
567 presente ata.